



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

PAT Nº : 20252903700022  
SUJEITO PASSIVO :  
ENDEREÇO :

DATA DA AUTUAÇÃO : 06/10/2025  
CAD/CNPJ: :  
CAD/ICMS : 721654-8

**DECISÃO Nº 20252903700022/2025/UJ/TATE/SEFIN**

1. Não recolhimento Diferencial de Alíquota na venda a consumidor final localizado em RO 2. Defesa Tempestiva 3. Infração parcialmente ilidida 4. Auto de Infração Parcialmente Procedente.

**1 – RELATÓRIO**

O sujeito passivo deixou de recolher o ICMS devido na etapa anterior, em razão do encerramento do diferimento, caracterizado pela saída interestadual de gado em pé, relativo as notas fiscais de n. 6403920 emitidas em 06/10/2025.

Para a infração e multa, o art. 77, VII, “e”, 4 da Lei 688/96.

O crédito tributário, à época da lavratura, tem a seguinte composição:

Tributo ICMS	R\$ 32.202,00
Multa 90%	R\$ 28.981,80
Juros	0,00
Atualização Monetária	0,00
<b>TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>R\$ 61.183,80</b>

A intimação foi realizada pelo DET em 08/10/2025 (fls 07) nos termos do artigo 112, inciso IV da Lei nº 688/96.

Houve a apresentação de defesa tempestiva.

**2 - DAS ARGUIÇÕES DA DEFESA**

Em síntese, o sujeito passivo alega em sua defesa que:



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

I – A movimentação da carga bovina entre as propriedades rurais do requerente constitui mera transferência patrimonial, sem a ocorrência de ato de comércio ou de circulação jurídica da mercadoria. Trata-se de simples transferência de gado entre estabelecimentos de mesma titularidade. A cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na transferência de bens entre estabelecimentos do mesmo contribuinte não é legítima. Conforme a consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o fato gerador do ICMS é a circulação jurídica da mercadoria, ou seja, a transferência da sua titularidade, e não o simples deslocamento físico do bem. Essa tese foi reafirmada pelo STF na Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) nº 49, onde foi declarada a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir) que permitiam a cobrança do ICMS em operações de transferência de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes à mesma pessoa jurídica;

II – É inaplicável a capitulação legal baseada no encerramento da fase do diferimento. O diferimento do imposto, conforme dispõe o artigo 13, inciso II, §1º, do Anexo III do RICMS/RO, não representa dispensa do tributo, mas apenas o adiamento da exigibilidade do ICMS para momento futuro, qual seja, a ocorrência do efetivo fato gerador subsequente. Assim, enquanto não consumado o fato gerador final, não há que se falar em encerramento da fase de diferimento, tampouco em exigibilidade do tributo. No caso em análise, como restou demonstrado nos autos, a operação não se consumou na forma típica prevista pela legislação estadual, razão pela qual não houve fato gerador apto a extinguir o diferimento e, conseqüentemente, não se aperfeiçoou a obrigação tributária principal.

III – Existe irregularidade na penalidade aplicada, conforme o caso análogo relativo ao Auto de Infração de nº 20252903700013. Em referida decisão administrativa, restou consignado que:

- O dispositivo de diferimento inicialmente utilizado (Item 07, Parte 2, Anexo III do RICMS/RO) é incorreto, devendo-se aplicar, quando cabível, o Item 05, nota 1, II, Parte 2, do mesmo Anexo, que trata especificamente de transferência interestadual de animais vivos;

- A base de cálculo utilizada pautada em valor de referência fiscal inferior ao valor real da nota não observou o art. 13 do Anexo III do RICMS, que impõe a utilização do valor efetivo da operação ou o maior valor entre este e o preço mínimo de pauta;



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS  
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

- A penalidade aplicada com fundamento no art. 77, VII, “e”, item 4, da Lei nº 688/96, mostra-se inadequada, pois trata de hipótese de “acobertamento de operação tributada como não tributada”, o que não se aplica ao caso de mera transferência de bens. A penalidade cabível, ainda que houvesse fato gerador, seria a prevista no art. 77, IV, “a”, 1, referente à falta de recolhimento do imposto, hipótese que tampouco se verifica no presente caso por ausência de fato gerador.

Ao final, requer que a anulação do auto de infração.

### **3 – FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO**

A Lei 688/96 estabelece que:

*“Art. 2º O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, de competência dos Estados, incide sobre:*

*I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;”*

*“Art. 17. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:*

*I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte;”*

#### **3.1 - Sobre o Item I da Defesa.**

Alega o contribuinte que a movimentação da carga bovina entre as propriedades rurais do requerente constitui mera transferência patrimonial, sem a ocorrência de ato de comércio ou de circulação jurídica da mercadoria. Trata-se de simples transferência de gado entre estabelecimentos de mesma titularidade. A cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na transferência de bens entre estabelecimentos do mesmo contribuinte não é legítima. Conforme a consolidada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o fato gerador do ICMS é a circulação jurídica da mercadoria, ou seja, a transferência da sua titularidade, e não o simples deslocamento físico do bem.

Essa tese foi reafirmada pelo STF na Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) nº 49, onde foi declarada a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 87/1996 (Lei Kandir) que permitiam a cobrança do ICMS em



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS  
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

operações de transferência de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes à mesma pessoa jurídica.

Quanto ao direito alegado neste item, o contribuinte está correto quanto ao posicionamento da Suprema Corte brasileira:

**STF - TEMA 1099:**

***“Não incide ICMS no deslocamento de bens de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte localizados em estados distintos, visto não haver a transferência da titularidade ou a realização de ato de mercancia.”***

Ocorre, que no presente lançamento de ofício, o Estado de Rondônia **NÃO** está cobrando o ICMS sobre a operação de transferência entre os estabelecimentos do Sr. \_\_\_\_\_, localizado em Rondônia e Goiás.

O Estado de Rondônia respeita e cumpre o que ficou estabelecido no Tema 1099 do STF, tendo inclusive o Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais – TATE-RO, publicado uma súmula específica sobre esse assunto:

**Súmula nº 05/2021:**

***“O deslocamento de bens ou mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador da incidência do ICMS, ainda que se trate de transferência interestadual, ressalvada a cobrança do ICMS diferido porventura incidente em operações anteriores.”***

O imposto lançado neste auto de infração, refere-se, como já informado na sua descrição ao ICMS devido na etapa anterior, em razão do encerramento do diferimento previsto na legislação.

Dentro do Estado de Rondônia a venda e saída de gado, tem o recolhimento do ICMS devido diferido, sendo o mesmo, postergado para uma etapa posterior.

**Lei 688/96**

***“Art. 5º Ocorre o diferimento nos casos em que o lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação forem transferidos para etapa ou etapas posteriores.***

***§ 1º. O destinatário da mercadoria ou do serviço é responsável pelo pagamento do imposto diferido, inclusive nos casos de perecimento, perda, consumo ou integração no ativo imobilizado ou outro evento que importe na não realização de operação ou prestação subsequente.”***



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS  
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

**RICMS-RO Decreto nº 22721/2018**

**PARTE 4  
OPERAÇÕES E SISTEMAS ESPECIAS DE TRIBUTAÇÃO  
CAPÍTULO I**

**DAS OPERAÇÕES COM ANIMAIS**

**SEÇÃO I**

**DAS OPERAÇÕES RELATIVAS A GADO EM PÉ E PRODUTOS RESULTANTES DE SEU ABATE**

*“Art. 81. O lançamento do imposto incidente nas sucessivas saídas de gado em pé, bovino, bubalino ou suíno, caprino ou ovino, fica diferido nos termos do item 05 da Parte 2 do Anexo III deste Regulamento. (Lei 688/96, art. 5º)”*

**ANEXO III  
PARTE 2  
DOS DIFERIMENTOS**

*“ITEM 5 - As sucessivas saídas de gado em pé, bovino, bufalino, suíno, caprino ou ovino.*

***Nota 1.** Encerra-se o diferimento no momento em que ocorrer qualquer uma das seguintes situações:*

*I - a saída dos produtos resultantes do abate (carne e miúdos comestíveis);*

*II - a saída com destino a outra unidade da Federação;”*

Nos termos da legislação acima transcrita, torna-se devido o recolhimento do ICMS diferido da etapa anterior, qual seja, a venda do gado do produtor rural para o sujeito passivo, quando o sujeito passivo, promoveu a saída interestadual do gado vivo.

**3.2 - Sobre o Item II da Defesa.**

Argumenta o sujeito passivo que é inaplicável a capitulação legal baseada no encerramento da fase do diferimento. O diferimento do imposto, conforme dispõe o artigo 13, inciso II, §1º, do Anexo III do RICMS/RO, não representa dispensa do tributo, mas apenas o adiamento da exigibilidade do ICMS para momento futuro, qual seja, a ocorrência do efetivo fato gerador subsequente. Assim, enquanto não consumado o fato gerador final, não há que se falar em encerramento da fase de diferimento, tampouco em exigibilidade do tributo. No caso em análise, como restou demonstrado nos autos, a operação não se consumou na forma típica prevista pela legislação estadual, razão pela



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

qual não houve fato gerador apto a extinguir o diferimento e, conseqüentemente, não se aperfeiçoou a obrigação tributária principal.

Antes de iniciarmos a análise deste item, torna-se fundamental esclarecer o seguinte fato:

O Sr. Thiago Marques De Avila comprou esse gado de outros produtores rurais. Este fato é verídico e comprovado por duas razões.

A primeira, que sua atividade de produtor rural iniciou no dia 25/02/2025 (conforme consulta REDESIM fls 10), portanto, apenas 08 meses antes da autuação. Isso torna impossível ter nascido algum bezerro cria de alguma vaca sua e o mesmo já ter entre 13 e 24 meses, conforme consta na Guia de Trânsito de Animal – GTA que acompanhava a operação (fls 05).

A segunda, a sua nota fiscal cita expressamente a aquisição de terceiro informando a nota fiscal de nº 6403835.

Importa considerar que o contribuinte, também não nega, portanto, concorda que o gado objeto da saída interestadual, foi por ele comprado de terceiros.

Quanto ao direito alegado neste item, pretende o sujeito passivo, vincular o encerramento da fase do diferimento a existência de um fato gerador do ICMS, pois nas suas palavras “...*apenas o adiamento da exigibilidade do ICMS para momento futuro, qual seja, a ocorrência do efetivo fato gerador subsequente.*”

No entanto, essa pretensão não encontra guarida na legislação, visto que a redação da Nota 1, do Item 5 do Anexo III do RICMS-RO, Decreto nº 22721/2018, não exige a ocorrência de um novo fato gerador, para a exigência do ICMS que incidiu na etapa anterior, seja agora recolhido.

O texto da nota 1 refere-se tão somente a ocorrência do seguinte evento: *a saída com destino a outra unidade da Federação.*

**ANEXO III**  
**PARTE 2**  
**DOS DIFERIMENTOS**

**“ITEM 5** - As sucessivas saídas de gado em pé, bovino, bufalino, suíno, caprino ou ovino.

**Nota 1.** Encerra-se o diferimento no momento em que ocorrer qualquer uma das seguintes situações:

*I - a saída dos produtos resultantes do abate (carne e miúdos comestíveis);*

*II - a saída com destino a outra unidade da Federação;*”



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS  
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

Em nenhum momento, a legislação especifica que o ICMS diferido da etapa anterior, apenas deverá ser recolhido se houver a saída interestadual tributada.

A interpretação da legislação pretendida pelo sujeito passivo é vedada pelo Código Tributário Nacional:

*“Art. 111. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:*

*I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;*

*II - outorga de isenção;*

*III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.”*

Qualquer dispositivo que tenha como efeito o não recolhimento do imposto, sua dispensa ou sua suspensão deve ser interpretado de forma literal. A norma que prevê o não ingresso do recurso ao cofre público precisa ser expressa, clara e inequívoca.

A contrário da pretensão do sujeito passivo, temos o disposto no Art. 5º e seu §1º que expressamente cita diversas situações que não são fatos geradores do ICMS como confirmação da responsabilidade do terceiro no pagamento do imposto devido no diferimento da etapa anterior, quais sejam: casos de perecimento, perda, consumo ou integração no ativo imobilizado.

Importa também considerar o que dispõe o art. 13 do Anexo III do RICMS-RO:

### **ANEXO III**

*“Art. 13. Ocorrendo o encerramento da fase de diferimento, a base de cálculo do imposto devido, em relação às operações ou prestações antecedentes, será o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído. (Lei 688/96, art. 24, inciso I)*

*§ 1º. O imposto devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável, quando:*

*I - da entrada ou recebimento da mercadoria, bem ou serviço;*

*II - da saída subsequente por ele promovida, **ainda que isenta ou não tributada; ou**”*

Pelas razões acima expostas, não aduz razão ao sujeito passivo.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

### **3.3 - Sobre o Item III da Defesa.**

Por último, argumenta o sujeito passivo que existe irregularidade na penalidade aplicada, conforme o caso análogo relativo ao Auto de Infração de nº 20252903700013. Em referida decisão administrativa, restou consignado que:

- O dispositivo de diferimento inicialmente utilizado (Item 07, Parte 2, Anexo III do RICMS/RO) é incorreto, devendo-se aplicar, quando cabível, o Item 05, nota 1, II, Parte 2, do mesmo Anexo, que trata especificamente de transferência interestadual de animais vivos;

- A base de cálculo utilizada pautada em valor de referência fiscal inferior ao valor real da nota não observou o art. 13 do Anexo III do RICMS, que impõe a utilização do valor efetivo da operação ou o maior valor entre este e o preço mínimo de pauta;

- A penalidade aplicada com fundamento no art. 77, VII, “e”, item 4, da Lei nº 688/96, mostra-se inadequada, pois trata de hipótese de “acobertamento de operação tributada como não tributada”, o que não se aplica ao caso de mera transferência de bens. A penalidade cabível, ainda que houvesse fato gerador, seria a prevista no art. 77, IV, “a”, 1, referente à falta de recolhimento do imposto, hipótese que tampouco se verifica no presente caso por ausência de fato gerador.

No entanto, importa frisar, que os julgamentos em primeira instância ocorrem de maneira singular, o que naturalmente faz surgirem decisões diferentes e não uniformes, pois a aplicação do direito, depende em grande parte do juiz e sua interpretação.

As decisões de primeira instância no TATE são autônomas, não tendo o caráter vinculativo pretendido pelo sujeito passivo.

Para analisar esse questionamento, devemos primeiro conhecer o auto de nº 20252903700013, abaixo, parcialmente transcrito:





**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 20252903700013

ORIGEM DA AÇÃO FISCALIZADORA

UNIDADE: Posto Fiscal Vilhena			DFE Nº:	
HORA: 03:32	DATA: 02/07/2025	LOCAL DA LAVRATURA: POSTO FISCAL WILSON SOUTO, VILHENA - RO		
SUJEITO PASSIVO:			CAD.ICMS/RENAVAM/REGISTRO: 00000007216548	
END. (RUA,AV.): RUA	NOME DO LOGRADOURO:	NÚMERO:	CNPJ/MF:	
BAIRRO:	MUNICÍPIO:	UF: RO	CEP:	
COMPLEMENTO:				
<b>DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO</b>				
O sujeito passivo acima identificado, promoveu a SAÍDA DE MERCADORIA (BOVINOS MACHOS 13 A 24), acobertada pela NF-e nº 6126696, de sua própria emissão, sujeito ao pagamento do ICMS por força do ENCERRAMENTO DA FASE DO DIFFERIMENTO, vez que o produto é decorrente de aquisição de terceiros, conforme descreve a natureza da operação, bem como NF-e nº 6125369, emitida no mesmo dia contra o sujeito passivo, com destaque das mesmas informações relacionadas a quantidade e descrição dos animais, restando configurado o encerramento do diferimento (Item 07, Parte 02, Anexo III do RICMS-RO), sendo devido o imposto anteriormente diferido, visto que caracterizado fato gerador através da saída subsequente promovida, ainda que isenta ou não tributada (Inciso II, § 1º, Art. 13, Anexo III do RICMS-RO). Demonstrativo da Base de Cálculo conforme Pauta Fiscal IN nº 28/2025/GAB/CRE: Bovino Macho de 13 a 24 meses = R\$ 3.172,00 x 65 = R\$ 206.180,00; ICMS 206.180,00 x 12% = 24.741,60; MULTA: R\$ 24.741,60 x 100% = R\$ 24.741,60.				
<b>CAPITULAÇÃO LEGAL</b>				
INFRAÇÃO: Art. 12, inc. II, c/c Art. 57, inc. II, letra "a" e Art. 5º, Parágrafo Único todos do RICMS/RO, ap. p. Decreto 22.721/2018. MULTA: Artigo 77, inciso VII, alínea "e", item 4 da Lei 688/96				

Embora a descrição do fato, seja basicamente a mesma situação: a saída interestadual de gado vivo, sem o recolhimento do ICMS relativo a etapa anterior em razão do encerramento do diferimento, temos que no auto de infração de nº 20252903700013:

I – Os dispositivos utilizados como base da infração eram diferentes;

II – A penalidade utilizada era a do Art. 77, VII, alínea “e”, item 4 da Lei 688/96;

III – A base de cálculo utilizada pautada em valor de referência fiscal inferior ao valor real da nota não observou o art. 13 do Anexo III do RICMS, que impõe a utilização do valor efetivo da operação ou o maior valor entre este e o preço mínimo de pauta.

No presente auto de infração nº 20252903700022 o dispositivo utilizado como base da infração e multa é o Art. 77, VII, alínea “e”, item 4 da Lei 688/96:

“Art. 77. As infrações e as multas correspondentes são as seguintes:

VII - infrações relacionadas às operações com mercadorias ou bens ou, ainda, aos casos de prestações de serviços: e) multa de 100% (cem por cento) do valor do imposto incidente sobre o valor da operação ou da prestação:

4. por acobertar com documento fiscal, operação ou prestação tributada como não tributada ou isenta; e”



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS  
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

Este dispositivo prevê a penalidade de 100% do valor do imposto. No entanto, ao analisar o percentual e o valor da multa lançada neste auto de infração, constatamos que a multa aplicada foi no percentual de 90%.

Entendemos que no caso em questão, as duas penalidades são possíveis, no entanto, para corrigir o erro formal, de citar erroneamente o dispositivo da multa aplicada, aplico a correção de ofício do dispositivo da multa, nos termos do Art. 108 da Lei 688/96:

*“Art. 108. Estando o processo em fase de julgamento, os erros de fato e os de capitulação da infração ou da penalidade serão corrigidos pelo órgão de julgamento, de ofício ou em razão de defesa ou recurso, não sendo causa de decretação de nulidade, desde que da correção resulte penalidade de valor igual ou inferior ao constante no auto de infração.”*

Dessa forma, a penalidade a ser mantida e aplicada neste auto de infração é o art. 77, IV, “a”, 1 da Lei 688/96:

Lei 688/96

*“Art. 77. As infrações e as multas correspondentes são as seguintes:*

*IV - infrações relacionadas ao pagamento, retenção ou apuração do ICMS:*

*a) multa de 90% (noventa por cento):*

*1. do valor do imposto não pago, por deixar de pagá-lo ou contribuir para que o sujeito passivo deixe de pagá-lo, mediante ação ou omissão que resulte na falta de pagamento, nas hipóteses para as quais não haja previsão de penalidade específica;”*

A penalidade aplicada coaduna-se perfeitamente a infração cometida.

Quanto a base de cálculo utilizada neste auto de infração, a mesma está em desacordo com o que estabelece o art. 13 do Anexo III do RICMS-RO:

*“Art. 13. Ocorrendo o encerramento da fase de diferimento, a base de cálculo do imposto devido, em relação às operações ou prestações antecedentes, será o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído. (Lei 688/96, art. 24, inciso I)”*

A nota fiscal da operação de saída interestadual é a nota nº 6403920, com o valor total de R\$ 175.160,00.

O autuante utilizou como base de cálculo o valor da nota fiscal de venda do produtor rural Sr. Ademir Rodrigues de Avila de nº 6403835 cujo valor total é de R\$ 268.350,00.

Ocorre que o Estado de Rondônia mantém e aplica a Pauta de Preços Mínimos para o gado vivo. A Pauta vigente em Outubro/25 era a fixada pela IN nº 46/2025, que estabelecia o preço mínimo para o Bovino Macho de 13 a 24 meses no valor de R\$ 3.100,00.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS**  
**TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS**  
**UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

A nota fiscal emitida pelo sujeito passivo, utilizou o valor do bovino de R\$ 3.020,00. Dessa forma, deve prevalecer para fins de base de cálculo do imposto devido o valor fixado na Pauta de Preços Mínimos de R\$ 3.100,00.

Considerando que a nota fiscal de saída interestadual refere-se a 58 animais, o valor da base de cálculo do ICMS neste lançamento será de R\$ 179.800,00 (58 x 3.100,00)

O valor do presente crédito tributário, deve ser alterado conforme abaixo:

**Demonstrativo do Crédito Tributário Devido e Indevido**

	ORIGINAL	INDEVIDO	DEVIDO
Tributo ICMS 12%	R\$ 32.202,00	10.626,00	R\$ 21.576,00
Multa 90%	R\$ 28.981,80	9.563,40	R\$ 19.418,40
Juros	R\$	-	R\$
<b>TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO</b>	<b>R\$ 61.183,80</b>	<b>20.189,40</b>	<b>R\$ 40.994,40</b>

Considerando os documentos juntados aos autos e o que dispõe a legislação tributária analisada, somos favoráveis a manutenção desta ação fiscal, vez que possui fartas provas materiais que a embasam.

Após a decisão definitiva na esfera administrativa do presente auto de infração, sugerimos o envio de cópia deste PAT ao Ministério Público Estadual para investigar a possível ocorrência de crime contra a ordem tributária, nos termos da Lei 8137/90.

#### **4 – CONCLUSÃO**

De acordo com o previsto no artigo 15, I, da Lei nº 4929/2020 no uso da atribuição disposta no artigo 79, II, do Regimento Interno deste Tribunal Administrativo Tributário – TATE, aprovado pelo Decreto nº 9157, de 24 de julho de 2000, julgo o auto de infração **PARCIALMENTE PROCEDENTE** e **DEVIDO** o crédito tributário no valor de R\$ 40.994,40 (Quarenta mil, novecentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) que deverá ser atualizado, inclusive com juros de mora, até a data do seu pagamento e indevido o valor de R\$ 20.189,40.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS  
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS  
UNIDADE DE JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**5 – ORDEM DE INTIMAÇÃO**

Fica o sujeito passivo intimado a recolher o crédito tributário devido no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência deste com o direito a redução da multa em 70% (setenta por cento), se efetuado até 30 (trinta) dias contados da intimação do julgamento em primeira instância, nos termos dos arts. 108, §2º e 80, I, “a” da Lei 688/96.

Restando garantido o direito de recurso voluntário à Câmara de Segunda Instância, no mesmo prazo, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado e a consequente ação de execução fiscal.

Porto Velho, 04 de dezembro de 2025.

**Anderson Aparecido Arnaut  
Julgador de 1ª Instância**